

12 JUN 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## TJ-PR considera legal sessão que determinou abertura de CP da ZR3



*O procurador da Câmara, Miguel Aranega, ainda tenta reverter outra decisão liminar que suspendeu a sessão que criou Comissão Processante*

**Vitor Struck**

*Reportagem local*

O Tribunal de Justiça do Paraná considerou improcedente o argumento da defesa do vereador Mário Takahashi (PV), que tentou anular a sessão que deliberou pela abertura da Comissão Processante contra ele e o vereador Rony Alves (PTB), no dia 17 de abril.

A defesa de Takahashi havia entrado com um mandado de segurança alegando que tanto os suplentes de Alves e Mário, respectivamente Tio Douglas e Valdir dos Metalúrgicos, quanto o vereador Aílton Nantes (PP), que assumiu a presidência após a deflagração da Operação ZR3 (Zona Residencial 3), não poderiam ter votado a matéria.

Na prática, a decisão do TJ tem pouco efeito, já que a defesa de Mário Takahashi já havia desistido deste agravo,

uma vez que a CP estava suspensa por medida judicial. “A defesa entendeu que houve a perda superveniente do objeto”, afirma o advogado do vereador afastado, Anderson Mariano.

Em um trecho de sua decisão o desembargador do TJ Xisto Pereira escreveu que “faz parte do jogo democrático que as comissões processantes sejam integradas tanto por parlamentares alinhados politicamente com o impetrante como por vereadores que, pelas singularidades de sua investidura (Suplência ou ocupação interina da Presidência da Casa), se mostrem tendentes a proferir em seu desfavor”. Em seguida, o documento ressalta que “se o denunciante for vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante”, sendo esta única condição para tal.

O Procurador Jurídico da

Câmara Municipal de Londrina, Miguel Aranega Garcia, afirmou que a o entendimento do desembargador foi correto. “A sessão ocorreu de forma regular. A única pessoa impedida de votar era Filipe Barros (PSL)”.

Aranega lembrou que decisão que suspendeu os trabalhos da CP ocorreu no dia 25 de maio e foi expedida pela juiz da 2ª Vara de Fazenda Pública de Londrina, Emil Gonçalves, em caráter liminar, por conta do vereador Mário Takahashi ter sido intimado por meio de um edital online.

“Nós fizemos tentativas de localização via telefone, pessoalmente, por e-mail, fomos à casa do vereador e ao escritório do advogado. Em razão disso surgiu o edital que nada mais é do que a última forma de tentar intimar, prevista no artigo 201”, afirmou o procurador à Folha de Londrina na época.

**CONTINUA**

# 12 JUN 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

#### **SALÁRIO DE RONY ALVES**

A Procuradoria Jurídica do Legislativo municipal também tenta reverter a decisão que determina o pagamento dos subsídios mensais do vereador Rony Alves. “Já tomamos providências administrativas e judiciais. Administrativamente, foi para que se efetive a medida. Judicialmente, foi interposto um agravo para reverter esta decisão”, afirmou Aranega.

Esta decisão foi do juiz Marcos José Vieira, da 1ª Vara de Fazenda Pública de Londrina, e determina o pagamento dos R\$ 12,9 mil mensais, suspenso desde 29 de janeiro, para a partir de 30 de maio. A Câmara foi notificada nesta quinta-feira (7). Aranega lembrou que “a decisão só tem efeito para Rony Alves até porque não chegou nenhum pedido por parte de Mário”.

12 JUN 2018

FOLHA DE LONDRINA

# Prefeito e ex-prefeito de Cornélio têm bens bloqueados pela Justiça

**MP propôs ação por improbidade administrativa devido a contratos de shows com emissora de rádio sem licitação**

*Liminar determinou o bloqueio de aproximadamente R\$ 425 mil. Shows foram realizados em 2015 e 2017*

Guilherme Marconi

Reportagem Local

**A** Vara de Fazenda Pública de Cornélio Procópio determinou o bloqueio de bens do prefeito de Cornélio Procópio (Norte Pioneiro), Amin José Hannouche, do ex-prefeito Frederico Carlos de Carvalho Alves e dos sócios da rádio Graúna FM Allysson Kallil Cordeiro e José Leite Cordeiro. A medida é uma resposta ao MP (Ministério Público), que havia entrado com ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra os quatro réus. A liminar determina o montante de aproximadamente R\$ 425 mil, valor dos contratos firmados entre o município e a rádio.

A promotora de Justiça Viviane Moraes Gerelus questiona a contratação da rádio, sem licitação, feita

pelo ex-prefeito em 2015 no valor de R\$ 200 mil para o evento de aniversário de 77 anos da cidade. Já Hannouche também adotou o mesmo modelo de contratação da Graúna por dispensa de processo licitatório, no valor de R\$ 190 mil, para o mesmo evento em 2017. A rádio e seus sócios são considerados beneficiários do ato de improbidade.

Segundo a acusação, o contrato não continha os pré-requisitos mínimos para adoção da modalidade de dispensa de licitação. “Não dispunha de elementos probatórios mínimos a justificar uma inexigibilidade por ausência de competição, visto que apenas constou o documento da parceria sem nenhum outro que comprovasse a existência da empresa, a legitimação ativa para propor o pedido”, anotou a promotora, que também citou direcionamento na contratação.

*Amin Hanouche e Frederico Alves afirmam que contratos foram firmados dentro da legalidade*

Para Gerelus, os réus agiram em conluio a fim de repassar dinheiro público para promoção pessoal. Segundo o MP, a rádio anunciava em seu endereço eletrônico a realização do Show de Shows de 2015 como o “maior show de rádio do interior do Brasil”: “sem nenhuma menção à comemoração do aniversário de Cornélio Procópio”. A denúncia ainda aponta que a lista de artistas que se apresentariam no evento não estava completa.

Na defesa, o município apontou que os valores foram usados para cobrir despesas dos artistas, que não teriam cobrado cachê. “Ora, os cantores não cobraram cachê mas houve o pagamento integral do valor proposto, comprovando a lesão sofrida pelo erário, lesão essa que sequer pode ser mensurada especificamente”, complementou a promotora.

CONTINUA

12 JUN 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Na ação, ela pede a condenação dos réus, exige devolução de R\$ 425 mil ao erário, e ainda solicita a suspensão dos direitos políticos dos envolvidos e nulidade dos contratos entre o município e a Prefeitura de Cornélio Procopio e a referida rádio.

#### O QUE DIZEM OS CITADOS

A defesa do prefeito Amin Hannouche afirmou que recebeu com tranquilidade a decisão liminar. Segundo o advogado Luis Gustavo Ferreira Lopes, não houve ilegalidade no processo de contratação por dispensa de licitação da rádio. "Temos um entendimento diverso do MP e vamos demonstrar que todos os processos foram realizados com parecer técnico e jurídico. Além do mais, não houve prejuízo ao erário, já que o tradicional show foi realizado com apoio da população", disse.

O ex-prefeito Frederico Alves informou que a dispensa de licitação foi a modalidade assegurada legalmente pelos procuradores jurídicos do município. "Tivemos a garantia do procurador-geral do município, Thiago Tondinelli, de que a modalidade licitatória era lícita e o procedimento estava correto. Tenho certeza de que no curso deste processo o Judiciário verá que não houve nenhum erro ou vício na contratação." O ex-prefeito informou ainda

que a festa foi uma reivindicação da população. "Só fizemos a festa porque tivemos a contrapartida de toneladas de alimentos arrecadados para as entidades assistenciais". Ele ainda lamentou o bloqueio de bens. "Tive um valor de R\$ 4 mil bloqueado injustamente em minha conta corrente, recurso para manter as despesas de minha família. Foi o que ganhei em ter governado com honestidade, sempre em defesa dos mais pobres."

Os proprietários da Rádio Graúna FM informaram, em nota, que receberam com surpresa a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público "Estamos tranquilos, pois realizamos o evento para o qual fomos contratados. Entendemos que o Ministério Público possa questionar a modalidade de contratação, porém, no nosso entendimento, não houve qualquer dano ao erário. Apresentamos as prestações de contas que demonstram que o evento custou mais caro do que o valor pago pelo município".

12 JUN 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Cármem Lúcia e a imprensa livre**

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, afirmou nesta segunda-feira, 11, que sem uma imprensa livre a Justiça e o Estado “não funcionam bem”. A fala, que abordou a vigência da Constituição e o papel do jornalismo nas últimas três décadas, abriu o seminário ‘30 anos sem Censura - A Constituição de 1988 e a liberdade de imprensa’, organizado pelo CNJ. O evento marcou a divulgação de estudo sobre ações judiciais contra veículos de comunicação, que envolvem liberdade de imprensa. Realizada pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, a pesquisa aponta que a Justiça Eleitoral é responsável por 25% desses processos. A maioria, 68,7%, tramita na Justiça Estadual.

#### **Danos morais**

Propostas geralmente por candidatos ou partidos políticos, as ações em sua maioria referem-se a danos morais e a questões relacionadas ao direito eleitoral, “questionando matérias que teriam prejudicado a sua imagem (de candidato ou partidos) junto ao eleitorado”, aponta a pesquisa. Entre as principais motivações das ações estão difamação, violação à legislação eleitoral e violação à privacidade. Ainda de acordo com o estudo, a maior incidência de processos está no Estado do Rio de Janeiro, com o dobro da média nacional em casos por cem mil habitantes.

12 JUN 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **FHC, Lula e Moro**

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a afirmar ao juiz Sergio Moro, na manhã desta segunda-feira (11), que o presidente não tem condições de saber de tudo que acontece na administração pública durante seu governo. Ele foi arrolado como testemunha de defesa de Luiz Inácio Lula da Silva no processo que envolve o sítio em Atibaia (SP). "No Brasil, as pessoas pensam que o presidente pode tudo e sabe tudo", afirmou. FHC concordou com a tese da defesa de Lula de que a responsabilidade de eventuais problemas na Petrobras não pode ser transferida para o presidente, acrescentando que não há tempo de saber dos meandros da administração. Fernando Henrique prestou depoimento por meio de videoconferência com São Paulo. Em fevereiro de 2017, ele já havia falado a Moro como testemunha no caso do triplex no Guarujá (SP), pelo qual Lula foi condenado a 12 anos e um mês de prisão.

#### **Palestras do ex-presidente**

Questionado pela defesa de Lula, FHC confirmou que teve encontros com Emílio Odebrecht, assim como com outros empresários. "Eu falava com todo mundo e continuo falando. A função de quem está governando não é escolher o interlocutor. Tem que lidar com personagens públicos", disse. Ele afirmou, ainda, que também recebeu doações de entidades privadas para realizar a manutenção de seu acervo presidencial. "Está tudo registrado."

O ex-presidente também falou sobre suas palestras, ressaltando que os serviços foram sempre declarados. "Como não tenho aposentadoria, tenho que trabalhar. Uma vantagem que eu tenho é que dou palestra em quatro línguas. Tudo tem contrato, agente, tudo declarado." Questionado por Moro se alguma das empresas que o contratou para uma palestra reformou alguma propriedade que ele utilizava, como pagamento por fora, o ex-presidente negou.

# A difícil tarefa de unificar os sistemas de segurança

**C**om o objetivo de melhorar a segurança pública, o Brasil acaba de unificar as polícias e os sistemas de segurança. Nesta segunda-feira (11), o presidente Michel Temer sancionou a lei que cria o Susp (Sistema Único de Segurança Pública), modelo pelo qual as instituições federais, estaduais e municipais devem atuar em conjunto e compartilhar informações, treinamento e planejamento.

De autoria do Executivo, a proposta aprovada pelo Senado no dia 16 de maio determina a padronização dos registros de ocorrência e investigações, criando um banco de dados nacional sobre o crime, nos mesmos moldes do DataSUS, da saúde. Essa normativa é um avanço e o compartilhamento de informações é visto com bons olhos por especialistas. A questão é fazer funcionar. Os resultados dependem de uma normatização e da prontidão em alimentar o sistema com as informações.

Em entrevista à FOLHA, o coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública da PUC Minas, Luís Flávio Saporì, lembrou que é preciso um orçamento mais robusto e fixo para que o

“

*A divulgação das últimas pesquisas sobre segurança mostra que a violência cresce em várias regiões do País*

Ministério Extraordinário da Segurança Pública toque o projeto e faça articulação com as políticas de segurança de todos os Estados. Medida provisória que destina parte da arrecadação das loterias para a segurança pode ajudar nesse sentido.

A primeira fase do Susp propõe um plano de ação para um período de dez anos, o que demanda a necessidade de se delimitar o quanto será gasto em segurança pública no País até o final da próxima década. Outra mudança é que o repasse

---

de verbas federais será condicionado ao cumprimento de metas por parte dos Estados. A nova lei prevê ainda a criação de conselhos consultivos de segurança nas esferas municipal, estadual e federal que englobarão as polícias, os bombeiros, as guardas municipais e os agentes de trânsito, além de representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário.

A divulgação das últimas pesquisas sobre segurança mostra que a violência cresce em várias regiões do País e que é preciso buscar soluções realmente eficientes. O Susp pode ajudar à medida em que organizará os esforços e cobrará dos Estados a implantação de planos de segurança pública. Mas é apenas uma solução para um problema complexo.

# BEMPARANÁ 12 JUN 2018

## Sob pressão de servidores, Alep adia votação de reajuste

Para dar tempo ao governo, Casa suspende análise de aumentos para outros poderes

Ivan Santos

Os deputados estaduais suspenderam ontem a votação de cinco projetos que prevêem reajuste salarial de 2,76% para os servidores da própria Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública. A decisão foi anunciada pelo presidente da Casa, deputado Ademar Traiano (PSDB), em meio à pressão dos servidores do Executivo – que estão com os salários congelados desde 2016 – também recebam o aumento.

Os servidores do Executivo iniciaram vigília, ontem, no Centro Cívico, para cobrar uma solução para o impasse e tratamento igual com os demais poderes, com reposição da inflação dos últimos doze meses. “Estou retirando da pauta as mensagens que tratam de reposições salariais”, anunciou Traiano no início da sessão. “No início da semana eu havia assumido o compromisso de que não colocaria na pauta antes de segunda-feira. No final de semana foi feito um apelo do líder do governo e outros deputados de que não fosse colocado na pauta, aguardando as negociações com o governo”, alegou. “Só vamos pautar na segunda-feira da semana que vem. Acho que é tempo suficiente para qualquer negociação”, afirmou o tucano.

Até agora, o governo Cida Borghetti (PP) não encaminhou proposta de reposição salarial, apesar de ter sinalizado, no mês passado, a possibilidade de retomar a data-base dos servidores do Executivo, suspensa no governo Beto Richa até 2019. Desde então, porém, as negociações empacaram, e avaliação entre os aliados do governo era de que não haveria condições



Assembleia: servidores ocuparam galerias para cobrar aumento

de pagar o reajuste, que teria um impacto de R\$ 350 milhões a mais nas despesas do Estado em 2018.

Segundo fontes governistas, o Estado teria hoje disponível R\$ 500 milhões para investimentos em obras nos municípios, recursos que seriam fundamentais para impulsionar a pré-candidatura à reeleição de Cida Borghetti. Caso pague o reajuste, ela ficaria sem margem de manobra no Orçamento para investir em obras e atrair o apoio de prefeitos para sua campanha. Apesar dessas limitações, o líder do governo na Assembleia, Pedro Lupion (DEM), garantiu ontem que as negociações ainda tem espaço para avançar. “A reunião que fizemos de manhã mostra que estamos buscando uma solução para o pagamento da data-base dos servidores”, disse.

### No limite

A própria governadora reafirmou essa intenção. “Temos que respeitar a

Lei de Responsabilidade Fiscal, todos vocês sabem disso, e uma determinação federal que foi acordada com todos os estados. Porém, eu determinei à equipe da Fazenda que esteve reunida todo o final de semana, e pedimos (aos sindicatos) uma semana para que os nossos técnicos possam nos apresentar um relatório e uma manifestação sobre essa decisão”, explicou. “Todos nós gostaríamos de dar o aumento”, afirmou ela.

Em audiência pública de prestação de contas na Assembleia no último dia 30, o governo informou que o Estado teve uma queda de 7% na receita, nos primeiros quatro meses de 2018, em relação ao mesmo período de 2017. Além disso, as despesas com pessoal teriam ficado em R\$ 16,67 bilhões, ou 46,23% da receita, muito próximo ao limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de 46,55% da receita com a folha de pagamento. Com isso, não haveria margem para pagar o aumento.



12 JUN 2018

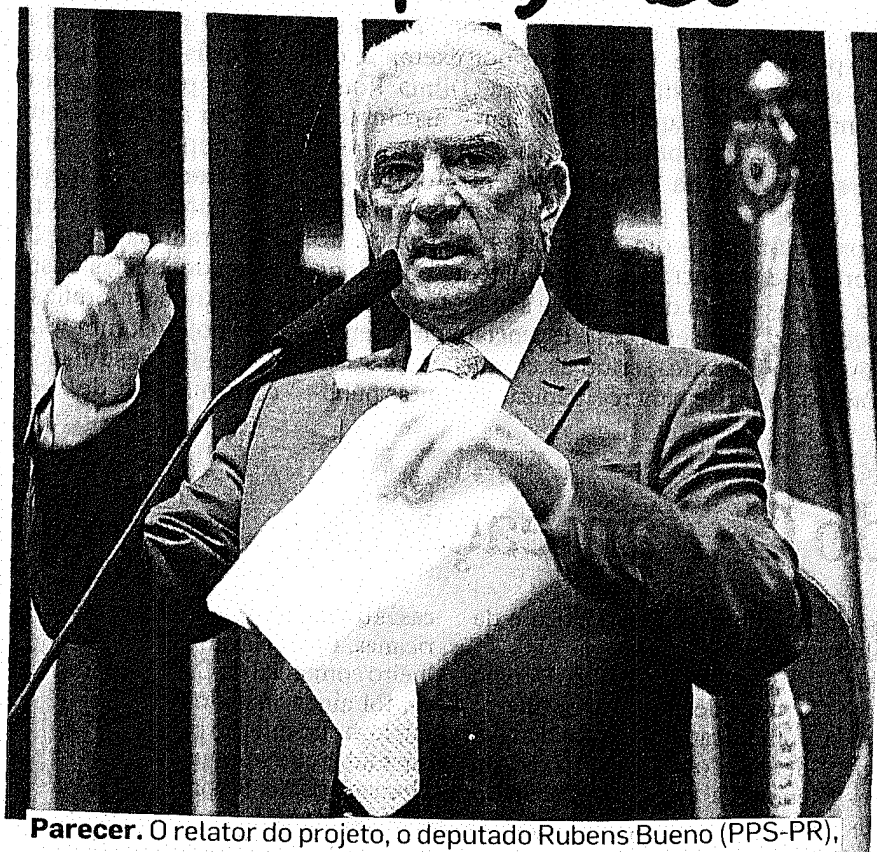
## O ESTADO DE S. PAULO

### Três Poderes.

Cálculo de economia para União e Estados é de relator do projeto na Câmara que regulamenta o teto dos salários do funcionalismo;

texto será entregue hoje

# Fim dos penduricalhos deve reduzir gastos em R\$ 2,3 bi



**Parecer.** O relator do projeto, o deputado Rubens Bueno (PPS-PR), vai apresentar documento para comissão da Câmara

**CONTINUA**

12 JUN 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A União e os Estados poderão economizar pelo menos R\$ 2,3 bilhões ao ano com o fim de penduricalhos nos salários dos servidores, de acordo com cálculos apresentados ontem pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR), relator do projeto de lei que regulamenta o teto remuneratório do funcionalismo.

O parlamentar apresenta hoje seu parecer na comissão especial e vai colocar na mira dos cortes benefícios como auxílio-moradia, honorários de sucumbência (uma espécie de bônus para advogados da União), remunerações para servidores que integram conselhos de empresas com participação do poder público, entre outros.

Os auxílios têm sido usados por órgãos públicos para turbinar a remuneração dos servidores fora da alçada do teto remuneratório, que limita os vencimentos mensais ao salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje de R\$ 33,7 mil. Diante da necessidade de controlar gastos, o governo passou a tratar como prioritária a regulamentação do teto, para impedir o acúmulo dos penduricalhos.

Bueno ainda vai apresentar também uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para acabar com as férias de 60 dias a que têm direito os magistrados e os integrantes do Ministério Público e pôr fim à licença-prêmio – que o servidor tem direito após certo tempo de serviço. A tramitação da

### AUXÍLIO TURBINADO

● Pagamento de auxílio-moradia disparou nos últimos anos

Órgão	2013 (R\$ mil)	2014 (R\$ mil)	% variação
Câmara dos Deputados	8.534.343	8.688.035	1,8
Senado Federal	1.002.212	972.844	-2,93
Tribunal de Contas da União	472.424	1.293.775	173,86
Justiça do Trabalho	1.464.625	186.179.778	12.611,7
Judiciário - demais órgãos	7.340.717	127.967.155	1.643,25
Ministério Público da União	7.658.176	117.759.349	1.437,69
Poder Executivo (inclui FICDF*)	214.621.645	797.143.173	271,42
<b>TOTAL</b>	<b>231.024.142</b>	<b>1.240.050.589</b>	<b>414,34</b>

\* REPASSES PARA PAGAR SALÁRIOS DO FUNCIONALISMO DO DISTRITO FEDERAL  
 FONTE: RELATÓRIO/COMISSÃO ESPECIAL PL DO TETO REMUNERATÓRIO

PEC, porém, dependerá do apoio de 171 parlamentares – além disso, a proposta não poderá ir ao plenário da Câmara enquanto vigorar a intervenção federal no Rio de Janeiro.

Apresentação do parecer deve reacender as investidas dos servidores públicos contra a proposta de regulamentar o teto, especialmente numa época em que os deputados já começam a pensar na reeleição. Desde o ano passado, as categorias tentam barrar a tramitação do projeto, que é uma das prioridades do governo em busca da redução de despesas pessoais. Esse é hoje um dos principais gastos do governo, depois dos benefícios previdenciários.

Na estimativa do relator, é possível obter uma economia de R\$ 1,16 bilhão ao ano apenas com a limitação do pagamento de auxílio-moradia, considerando o gasto máximo desse benefício com servidores da União e dos Estados.

O ministro do STF Luiz Fux concedeu em 2014 liminar que permitiu o pagamento de auxílio-moradia a todos os integrantes da magistratura. O Judiciário e o Ministério Público dos Estados respondem por quase metade dos benefícios pagos, segundo levantamento da comissão especial do projeto do teto remuneratório. Segundo o relatório, essa liminar já custou R\$ 4 bilhões apenas à União.

**PEC.** Outro R\$ 1,15 bilhão seria economizado com o fim do pagamento da venda de 30 dias de férias por integrantes do Judiciário e Ministério Público da União e dos Estados. A ideia do relator é reduzir a concessão atual de 60 dias de férias – que, na visão dele, abre caminho para a venda de parte do benefício e pode virar uma espécie de “pé-de-meia” para o servidor às custas do dinheiro público.

A avaliação, no entanto, é que a economia pode ser ainda

maior considerando outros auxílios e rubricas que hoje estão fora do abate-teto e passarão pela tesoura com a aprovação do projeto.

Pelo substitutivo, serão alvo de corte: auxílio-moradia (exceto aqueles concedidos em razão de mudança, que serão permitidos por até 12 meses, ou aqueles para servidores no exterior), honorários de sucumbência, venda de férias acima de 30 dias, jetons (remuneração recebida por ministros e servidores para integrar conselhos de empresas controladas pelo governo) entre outras rubricas.

Apenas 24 itens poderão ficar de fora do teto, incluindo auxílio-alimentação, auxílio-transporte, hora extra, adicional noturno, abono permanência, ressarcimento de despesas médicas e odontológicas, auxílio-creche, adicional de férias. Alguns desses benefícios, porém, serão limitados – o auxílio-alimentação, por exemplo, não poderá ultrapassar 3% do teto.

**Crime.** Pela proposta, quem descumprir a lei e autorizar pagamentos fora do limite remuneratório, ou ainda fornecer informações falsas, cometerá crime e poderá ser punido com detenção de dois a seis anos.

O Ministério do Planejamento deverá desenvolver um sistema de controle do teto. O projeto também obriga a realização de auditorias anuais pelos órgãos de controle interno. Essas verificações deverão ser incluídas na prestação de contas dos órgãos.

12 JUN 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

### Auxílio-moradia no Congresso fica no texto

Relator do projeto, que recebia R\$ 4.253 mensais da Câmara, mantém benefício para parlamentares

Apesar de endurecer as regras para o pagamento de auxílio-moradia a servidores públicos, a minuta do parecer do projeto que regulamenta o teto remuneratório deixa uma lacuna em relação ao benefício concedido a parlamentares federais, estaduais e municipais.

O texto prevê pagamento do auxílio a ocupantes de mandato eletivo que estejam fora do domicílio eleitoral e não tenham acesso a imóvel funcional. Mas não há qualquer vedação de repasses a parlamentares que possuam imóvel em seu nome (ou no nome do cônjuge) no município em que atuam.

O argumento é de que o tema precisa ser regulado pelo próprio Legislativo, por uma questão de independência dos Poderes. A medida acabará delegando também às assembleias legislativas e câmaras municipais a definição sobre o pagamento a seus parlamentares.

A brecha pode abrir caminho para casos como o do próprio relator do projeto, deputado Rubens Bueno (PPS-PR), que recebia auxílio-moradia de R\$ 4.253 mensais da Câmara mesmo morando em um apartamento que pertence à esposa em Brasília, como revelou o *Estadão/Broadcast* no fim de fevereiro.

“Não fico (*constrangido*) porque o patrimônio é dela, não é meu”, disse à época. Horas depois ele distribuiu comunicado informando ter protocolado ofício renunciando ao benefício.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho, disse que o teor do relatório do teto remuneratório não surpreendeu a categoria.

Ele alertou, porém, que uma lei ordinária, como a que está sendo relatada por Bueno, não tem poder para promover mudanças no pagamento do auxílio-moradia a servidores do Judiciário e do MP, regulados por lei complementar. No mesmo dia da apresentação do relatório, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público se reúne para debater o conteúdo do parecer. /I.T.

#### Juíza do DF nega ação a oficiais militares

A juíza federal substituta da 5.<sup>a</sup> Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Diana Wanderlei, negou pedido da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme) contra ato praticado pela Comissão Nacional da Verdade, que investigou casos de repressão durante a ditadura militar e apresentou um relatório final em dezembro de 2014. A federação pleiteava a declaração de ilegalidade do item 20 do relatório da comissão, que orienta a desmilitarização das polícias militares estaduais.

12 JUN 2018  
O ESTADO DE S. PAULO

# Para Cármen, sem imprensa livre Justiça não é eficaz

Em evento do CNJ, presidente do STF defende liberdade de expressão; estudo mostra distribuição de ações contra veículos de comunicação

Amanda Pupo / BRASÍLIA

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, afirmou ontem que, “sem imprensa livre, a Justiça e o Estado não funcionam bem”. A ministra, que abordou a vigência da Constituição e o papel do jornalismo, abriu o seminário “30 anos sem Censura – A Constituição de 1988 e a liberdade de imprensa”, organizado pelo CNJ.

“Continuamos a discutir como manter a garantia das liberdades, incluída aí a liberdade de expressão”, disse Cármen, destacando que o Brasil é muitas vezes lembrado como um dos países onde a profissão de jornalista é mais agredida.

O evento marcou a divulgação de estudo sobre ações judiciais movidas contra veículos de comunicação, que envolvem liberdade de imprensa. Realizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, a pesquisa aponta que a Justiça Eleitoral é responsável atualmente por 25% desses processos. A maioria, 68,7%, tramita na Justiça Estadual.

O estudo é baseado em 2.373 processos, a partir de dados repassados pelas associações Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Nacional de Jornais (ANJ) e Brasileira de Emissores de Rádio e Televisão (Abert). De acordo com o CNJ, estima-se que o recorte corres-

ponda a apenas 4,5% do universo de casos existentes sobre este tema no Brasil.

Propostas geralmente por candidatos ou partidos, mais da metade das ações refere-se a danos morais e a questões relacionadas ao direito eleitoral. Entre as principais motivações das ações, estão difamação e violação à legislação eleitoral ou à privacidade. Ainda de acordo com estudo, a maior incidência de processos está no Rio de Janeiro, que registra o dobro da média nacional.

“Acredito no Brasil em que cada cidadão possa exercer sua liberdade de forma crítica e bem informada”, afirmou a ministra, apontando que a mídia tem um papel “fundamental” nesse processo.

Também presente na abertura do evento, o deputado Miro Teixeira (Rede-RJ) fez um resgate histórico da promulgação da Constituição de 1988 e as relações com a liberdade de imprensa, destacando as transformações vividas nas últimas décadas e a necessidade de reinterpretação da Constituição.

Miro disse que a imprensa “não deve ficar ameaçada pelos processos de injúria e difamação”. Para o parlamentar, não cabe indenização “contra meios de comunicação e não cabe contra os jornalistas.”

● **Imprensa**  
“Continuamos a discutir como manter a garantia das liberdades, incluída aí a liberdade de expressão.”

**Cármen Lúcia**  
PRESIDENTE DO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL

12 JUN 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

## 'Reformar, só minha cabeça mesmo', diz FHC



**Depoimento.** FHC fala por teleconferência a Sérgio Moro

Ex-presidente tucano depôs como testemunha de defesa na ação em que Lula é réu por obras no sítio de Atibaia

No depoimento que prestou ontem como testemunha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (condenação e preso na Lava Jato), Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi questionado pelo juiz federal Sérgio Moro se já recebeu pagamentos "por fora" ou por meio de "reformas" em algum de seus imóveis por suas palestras. "Nunca, jamais, nada disso, nem por fora, nem participar de nenhum momento de reforma. Eu não tenho muita coisa a reformar, só minha cabeça mesmo", disse o ex-presidente.

"Alguma empresa reformou alguma propriedade que utilizava por fora, em reforma, algo assim?", questionou o juiz. FHC disse que "isso é feito através de um agente que faz o contrato e eu usualmente não conheço os donos ou representantes da empresa. Vou conhecer eles na hora".

FHC depôs pela segunda vez na ação em que Lula é réu por supostamente ter recebido propina de R\$ 1 milhão da OAS, Odebrecht e Schahin. Segundo o Ministério Público, o valor é referente a reformas no sítio de Atibaia, que é atribuído pela força-tarefa como sendo do petista. A defesa de Lula nega que ele seja proprietário do imóvel. O sítio está registrado em nome

do filho do ex-prefeito de Campinas, Fernando Bittar, e de Jonas Suassuna.

FHC também foi questionado pelo advogado de Lula sobre como recebe por palestras e de que forma é feita a prestação de contas do instituto que leva seu nome.

Fernando Henrique disse que é "tudo declarado e normal". "Deus me livre que não seja", disse o ex-presidente. /

**FAUSTO MACEDO**

## Celso de Mello arquiva inquérito contra Aloysio

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF) atendeu a um pedido apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e determinou o arquivamento de um inquérito que investigava as suspeitas de que o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), teria cometido os crimes de falsidade ideológica eleitoral (caixa 2) e lavagem de dinheiro por doação não contabilizada da UTC na campanha ao Senado, em 2010.

Oacionista da empreiteira Ricardo Pessoa fechou delação premiada com a força-tarefa da Operação Lava Jato em 2014.

Em troca de benefícios como redução de pena, ele deu detalhes de operações que comprovariam o desvio de recursos em contratos da Petrobrás e também sobre supostas irregularidades envolvendo políticos, entre eles, Aloysio Nunes.

Segundo a delação feita por Pessoa, teriam sido doados R\$ 500 mil para a campanha do tucano ao Senado em 2010. Deste valor, R\$ 300 mil teriam sido doação oficial e o restante, R\$ 200 mil, em espécie – via "caixa dois".

Na sua decisão, Celso de Mello ressaltou a possibilidade de reabertura das investigações penais, "desde que haja provas substancialmente novas".

Em nota, o chanceler brasileiro informou que "finalmente, após dois anos e nove meses, foi determinado arquivamento do inquérito por uma acusação que não se comprovou".

12 JUN 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### No STF, jornalistas e especialistas fazem críticas a 'censura da toga'

BRASÍLIA Jornalistas e especialistas criticaram a "censura da toga" e sugeriram menos intervenção do Judiciário no combate às fake news durante evento realizado nesta segunda (11) no Supremo Tribunal Federal pelo Conselho Nacional de Justiça.

O evento "30 Anos sem Censura: A Constituição de 1988 e a Liberdade de Imprensa" tratou de temas como a liberdade de expressão e notícias falsas e teve participação da presidente do STF, Cármen Lúcia.

"Sem imprensa livre a Justiça não funciona bem", disse ela durante a abertura.

O episódio mais citado pelos debatedores como exemplo de nova forma de censura se deu contra a jornalista Elvira Lobato, que respondeu a ações ajuizadas por fiéis da Igreja Universal em diferentes partes do Brasil. Eles alegaram ter sido ofendidos por uma reportagem da Folha.

Segundo a advogada Taís Gasparian, que defende a Folha, as causas foram ganhas e a Justiça reconheceu haver o propósito de intimidação.

Representante da ANJ (Associação Nacional de Jornais) e superintendente da empresa Folha da Manhã, que edita a Folha, Judith Brito afirmou que, com a Constituição de 1988, o legislador optou por proibir qualquer tipo de censura prévia. Eventuais responsabilidades por crimes contra a honra devem ser apuradas após a publicação da notícia, disse.

12 JUN 2018

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## CORREIO ELEGANTE

O presidente Michel Temer enviou emissários para conversar com magistrados do STF (Supremo Tribunal Federal). Eles prospectam o clima no Judiciário em relação à possibilidade da apresentação de uma nova denúncia contra o presidente.

**ALERTA** Há um temor real no governo de que a procuradora-geral, Raquel Dodge, apresente denúncia contra Temer. A ideia é convencer magistrados de que ele está quase no fim de sua gestão — e que o melhor seria evitar qualquer iniciativa mais drástica que poderia resultar na antecipação do fim de seu mandato.

**ESTREITO** Há magistrados que imaginam que a própria Dodge não apresentará a denúncia. Mas, caso ocorra o contrário, a margem de manobra seria pequena: o STF teria que enviá-la para a Câmara dos Deputados, que decide se ação contra o presidente da República pode prosseguir.

**NA PAUTA** E a ideia de que o MPF (Ministério Público Federal) peça uma cautelar à Justiça afirmando que réu condenado, como Lula, não pode se inscrever como candidato nas eleições presidenciais segue em estudo.

**DOCE LAR** O STJ (Superior Tribunal de Justiça) deve finalizar nesta terça (12) o julgamento que decidirá se um animal doméstico faz parte do núcleo familiar ou se deve ser tratado como coisa para ser partilhada em caso de separação do casal que é seu dono.

**FAMÍLIA** Dois dos cinco ministros já votaram para dizer que os donos, depois de separados, têm direito a guarda compartilhada e a visitas, além de dividirem o sustento do mascote.

**INTENSO** A ação foi movida por um ex-marido que foi impedido, depois de um tempo, de ver seu animal pela ex. O homem argumenta que há entre ele e o animal um “verdadeiro laço afetivo” e que a distância “vem lhe causando intensa angústia, obrigando-o a tentar reaver o animal”.

## PAINEL DO LEITOR

Sergio Moro

Nós, trabalhadores de empresas privadas, sabemos que temos jornada de trabalho, não podemos faltar e só temos 30 dias de férias. Enquanto isso... Depois propagam a ideia de que os problemas do país são apenas os políticos (“Moro passa afastado em média 2 dias por mês para viajar dentro e fora do país”, Poder, 11/6).

Joaquim Branco (Rio de Janeiro, RJ)

Ridícula a reportagem sobre as viagens de Moro tentando desqualificá-lo por suas ausências, que ocorreram para cumprir agendas que o exaltam e o enobrecem. E nenhuma delas o impediu de trabalhar como poucos e cumprir com sua obrigação de julgar.

Anamaria M. de Carvalho (Brasília, DF)

### Judiciário

Sobre o texto de Oscar Vilhena Vieira (“Justiça, ainda que tardia”, Cotidiano, 9/6), esclareço que Janaina concordou com a laqueadura proposta pelo Ministério Público, isso consta nos autos do processo. Ela não mora na rua: recebia aluguel social e outros benefícios pelo município. Foi ouvida por psicóloga forense e seus oito filhos passaram por serviço de acolhimento. Ela e o companheiro, dependentes químicos, recusam tratamento. Foram presos em flagrante e condenados em primeiro grau por tráfico e associação ao tráfico.

Djalma Moreira Gomes

Jr., juiz (Mococa, SP)

### Reposta do colunista Oscar Vilhena Vieira

Todas as informações foram colhidas nos autos do processo. Para o promotor, Janaina ora demonstra “vontade” ora “desinteresse” no procedimento. Afirma ainda que ela “não demonstra discernimento”. Conforme os desembargadores, “Janaina não mostra pleno e autônomo consentimento quanto ao procedimento cirúrgico...”. E sem consentimento autônomo, ou curatela, no caso de incapacidade, o procedimento não poderia ter sido autorizado.

12 JUN 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## 23 Estados entram no STF para recuperar repasses da União

Carolina Linhares

**BELO HORIZONTE** Uma ação que cobra a partilha de verba da Desvinculação das Receitas da União (DRU) com os estados foi protocolada nesta segunda-feira (11) no STF (Supremo Tribunal Federal) pelos governos de 23 estados e do Distrito Federal —somente Rio Grande do Sul, Espírito Santo e São Paulo não endossam a medida.

A DRU, prevista na Constituição, passou a ser adotada em 1994, na esteira do Plano Relatado, e permite que o governo federal use parte da verba arrecadada com contribuições sociais, como Pis/Cofins, para outras finalidades que não as previstas para essas contribuições.

Pela regra em vigor atualmente, o governo pode utilizar 30% dessa verba até 2023.

Na prática, isso significa que a União consegue utilizar recursos destinados à Previdência, saúde e seguridade social em outras áreas que considere prioritárias.

O argumento dos governos estaduais é que a verba da DRU acaba tendo a função de imposto e, por isso, 20% do seu montante deveria ser distribuído aos estados. A ação afirma ainda que o princípio federativo foi violado.

“Nesse sentido, as contribuições funcionam como um imposto disfarçado com a única finalidade de não compartilhar 20% do montante com os estados. O prejuízo aos estados, assim, é enorme. [...] A DRU, dessa forma, possibilita à União aumentar a carga tributária do país centralizando os recursos no ente federal, sem compartilhar receitas com os estados, em patente fraude à Constituição e ao

princípio federativo”, afirma nota dos procuradores-gerais dos estados.

O Colégio Nacional de Procuradores-Gerais estima que o valor devido aos estados chegue a R\$ 20 bilhões em 2017. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), entregue ao STF pelos procuradores-gerais dos estados, pede sejam apurados os valores não repassados nos últimos cinco anos, e que isso seja abatido das dívidas dos estados com a União.

“Em vez de criar impostos previstos na Constituição e que são compartilhados com os estados, a União fez uma fraude. Ela aumenta as contribuições sociais, que são para Previdência, e desvincula por meio da DRU, aumentando sua arrecadação de forma estonteante”, afirma o advogado-geral de Minas Gerais, Onofre Batista.

Em crise financeira, o estado de Minas Gerais, governado por Fernando Pimentel (PT), liderou a iniciativa de protocolar a ação contra a União. O governador já havia encaminhado ofício ao presidente Michel Temer (MDB) sobre a questão em abril, mas não obteve resposta.

Segundo Batista, a ação não se trata de uma briga política, mas de um ajuste ao pacto federativo e no equilíbrio na distribuição de receitas.

O Ministério da Fazenda não havia respondido à reportagem até a conclusão desta edição.

### Instrumento é opção a um orçamento muito engessado

Mais de 80% da receita do governo é vinculada, o que engessa a execução do Orçamento. Muitas vezes falta dinheiro para uma área e sobram recursos que o governo não consegue aplicar em outras.

A DRU é uma flexibilização das regras. Com ela, o governo consegue usar o dinheiro para outras finalidades que não as previstas pela regra original. Também pode usar o dinheiro para fazer superavit primário e conter o aumento da dívida pública.

Os críticos a esse instrumento, dizem que a DRU prejudica o financiamento da Seguridade Social, que inclui Previdência, saúde e educação.

Em meio às discussões sobre a reforma da Previdência, o Tesouro Nacional chegou a publicar um relatório sobre o tema.

O órgão afirmou no final do ano passado, no documento, que mesmo que não houvesse aplicação da DRU, o resultado da Seguridade Social seria positivo somente em 2007, mantendo déficits crescentes desde então.



12 JUN 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### AGU derruba liminar contra a venda de distribuidoras da Eletrobras

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A AGU (Advocacia Geral da União) e a Eletrobras reverteram nesta segunda-feira (11) liminar que suspendia a venda de distribuidoras de energia controladas pela estatal.

A concorrência ainda não tem data marcada, mas a Eletrobras havia estipulado com limite a data de 31 de julho. Depois, estudaria a liquidação das concessões.

Os sindicatos ligados à empresa iniciaram nesta segunda (11) greve de 72 horas contra a privatização da estatal

A liminar havia sido obtida na última terça (6) por sindicatos de trabalhadores ligados à Eletrobras, alegando que não havia estudos de impacto da privatização sobre os empregados.

No pedido de suspensão, AGU e Eletrobras disseram que a decisão coloca em risco o abastecimento de energia no Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Amazonas e Roraima, onde estão localizadas as empresas.

Caso as empresas não sejam privatizadas, diz a estatal, a opção é liquidar as concessões, que foram herdadas após o processo de privatização do setor, diante dos prejuízos.

“A alienação permitirá que a Eletrobras transfira sociedades ainda deficitárias, porém minimamente, para a iniciativa privada, com a manutenção do serviço público e de empregos”, disse a AGU.

Os sindicatos de trabalhadores da Eletrobras dizem que 85% do efetivo aderiram à greve. Houve protesto em frente à sede da empresa, no centro do Rio.

Em assembleia, aprovaram indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 25 e rejeitaram proposta de reajuste feita pela empresa, de 1,18%.

Eles se reunirão novamente nesta terça (12) para definir o rumo da paralisação, já que o TST (Tribunal Superior do Trabalho) determinou a garantia de acesso ao trabalho a pelo menos 75% do efetivo. Procurada, a Eletrobras não se manifestou.

12 JUN 2018

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Impenhorabilidade de título de clube não se aplica a não sócio

É possível a penhora de título de clube em ação de execução movida por terceiros, mesmo que exista no estatuto cláusula considerando o título impenhorável. De acordo com a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, o pacto de impenhorabilidade de título patrimonial presente em estatuto social de clube desportivo se limita à entidade e aos seus sócios, que anuíram ao acordo, não podendo ser aplicado a terceiros, salvo exceções previstas em lei.

A decisão foi motivada por recurso de um sócio do Iate Clube do Rio de Janeiro, que, alvo de execução judicial, buscava afastar a penhora de

seu título patrimonial, o qual alega ser impenhorável por causa de previsão estatutária do clube. Para o ministro Villas Bôas Cueva, relator do recurso, essa condição vincula apenas os sócios que convencionaram entre si o pacto de impenhorabilidade do título.

“Como em todo negócio jurídico, o referido pacto de impenhorabilidade fica limitado às partes que o convencionaram, não podendo envolver terceiros que não anuíram, ressalvadas algumas situações previstas em lei”, disse. “Assim, o pacto de impenhorabilidade contido explicitamente em estatuto social do clube desportivo não pode ser oposto contra o não

sócio”, completou.

De acordo com o processo, uma imobiliária foi condenada a restituir a uma cliente quase R\$ 54 mil, além de R\$ 12 mil de indenização por danos morais, em decisão já transitada em julgado que decretou a rescisão de promessa de compra e venda.

Como o pagamento não foi feito de forma voluntária, o juízo de primeiro grau aplicou multa, determinou o bloqueio on-line das contas correntes e decretou a desconsideração da personalidade jurídica da empresa para que a execução judicial pudesse atingir o patrimônio pessoal de seus sócios, cujos bens incluem o título do Iate Clube.

### AGU derruba liminar sobre leilão de distribuidoras da Eletrobras

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou ontem que conseguiu derrubar na Justiça do Rio de Janeiro a decisão que impediu o leilão de seis distribuidoras da Eletrobras.

Na semana passada, o leilão foi suspenso por decisão da juíza Raquel de Oliveira Ma-

ciel da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, na última terça-feira, no âmbito de uma ação civil pública movida por sindicatos de trabalhadores.

Ao recorrer da decisão, na segunda instância da Justiça do Trabalho do Rio, a AGU afirmou que se o leilão não foi realizado até 31 de julho,

a Eletrobras seria obrigada a liquidar as distribuidoras, fato que seria mais prejudicial aos trabalhadores.

A advocacia também afirmou que os direitos dos empregados das distribuidoras estão garantidos pela lei trabalhista e não serão afetados pelo processo de desestatização.

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO 12 JUN 2018**

## **Mais da metade dos processos contra a imprensa é por difamação**

**Q**uase 60% dos casos relacionados à liberdade de imprensa que chegam ao Judiciário são motivados por alegações de difamação, com pedido de danos morais, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Violação à privacidade, aos direitos autorais e à marca vêm na sequência, com menos de 10% dos casos cada uma.

O grupo Globo, incluindo jornal, internet e revistas, é o mais acionado no Poder Ju-

diciário, sendo responsável por 34% dos processos — a maior parte é sobre difamação e calúnia. Em segundo lugar está o UOL, com 12,7% das ações. A ConJur ficou no 12º lugar, tendo sido objeto, de acordo com o estudo, de 31 ações, ou 1,3% do total.

O levantamento também mostrou que as ações envolvendo a mídia representam 25% dos processos que tramitam na Justiça Eleitoral. As ações geralmente são propostas por candidatos

ou partidos que questionam reportagens, alegando que elas teriam prejudicado a sua imagem junto ao eleitorado.

Tabulados a partir de informações cedidas pelas associações Nacional de Jornais (ANJ), Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e Brasileira de Emissores de Rádio e TV (Abert), os dados foram cruzados com o banco do CNJ e incluem processos em trâmite e concluídos.

## **Vender produto com peso diferente do anunciado gera dano coletivo**

A violação de direitos individuais homogêneos não afasta, em tese, o reconhecimento de danos morais coletivos com o mesmo episódio. Assim entendeu a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao condenar uma fábrica de sardinha em lata a pagar R\$ 100 mil de indenização por danos morais coletivos por vender o produto com peso diferente do anunciado na embalagem.

Em 2014, o Ministério

Público do Rio Grande do Sul recebeu relatos de consumidores sobre a diminuição da quantidade de sardinhas nas latas, em contrapartida com o aumento de óleo. O MP então ajuizou ação civil pública, e a empresa foi condenada em primeira e segunda instância a pagar R\$ 100 mil de indenização, além de ser proibida de vender o produto com peso inferior ao anunciado.

A relatora do recurso da empresa no STJ, ministra

Nancy Andrighi, rejeitou a tese da defesa de que o Ministério Público não teria legitimidade para mover a ação. Segundo ela, “os interesses tutelados na presente ação civil pública atingem a universalidade dos potenciais consumidores de seus produtos, e não apenas casos pontuais nos quais verificada a discrepância entre a quantidade de sardinha e a informação constante na embalagem”.

12 JUN 2018

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Celso de Mello arquiva inquérito contra Aloysio Nunes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello arquivou ontem inquérito aberto para apurar a suposta doação eleitoral não contabilizada ao ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, em 2010.

A investigação está relacionada com os depoimentos de delação premiada do ex-executivo da empreiteira UTC Ricardo Pessoa. Segundo o delator, ele teria acertado doação de R\$ 500 mil à campanha de Aloysio Nunes ao Senado, em 2010. Aloysio está licenciado do mandato para ocupar o cargo de ministro.

Celso de Mello atendeu a um pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, há duas semanas. Pela jurisprudência da Corte, o relator deve arquivar a investigação quando o pedido é feito pela PGR.

Ao pedir o arquivamento, Raquel Dodge afirmou que os delatores não apresentaram provas para corroborar os depoimentos e não há dados suficientes para embasar o processo criminal.

“A autoridade policial no seu relatório final reconhece que as afirmativas constantes do termo de colaboração de Ricardo Ribeiro Pessoa, especificamente em relação à suposta doação em espécie à campanha de Aloysio Nunes Ferreira em 2010, não foram corroboradas por outros elementos de prova suficientes a comprovar a materialidade e a autoria das infrações investigadas, e, por isso, não há elementos para deflagrar ação penal”, argumentou Dodge.

12 JUN 2018

# TRIBUNA DO PARANÁ

# PAPO COM MORO

Testemunha de defesa de Lula, FHC diz ao juiz  
que nunca recebeu "por fora"

**T**estemunha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso envolvendo obras no Sítio Santa Bárbara, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi questionado pelo juiz federal Sérgio Moro se já "recebeu por fora", ou por meio de "reformas" em algum de seus imóveis por suas palestras.

O tucano falou por videoconferência ao juiz no âmbito da ação em que o petista é réu por supostas propinas de R\$ 1 milhão da OAS, Odebrecht e Schahin. O valor é referente a reformas supostamente custeadas pelas empreiteiras no Sítio Santa Bárbara, em Atibaia.

Os proprietários do imóvel são o filho do ex-prefeito de Campinas, Fernando Bittar, e Jonas Suassuna. Segundo a força-tarefa da Operação Lava Jato, Lula seria beneficiário das reformas. O ex-presidente nega.

Enquanto testemunha de defesa de Lula, FHC foi questionado pelos advogados do petista sobre como recebe por suas palestras e como se dá a prestação de contas de seu Instituto. Ele disse que é "tudo declarado e normal". "Deus me livre que não seja".

**"É tudo declarado e normal. Deus me livre que não seja", disse o ex-presidente.**

## Palestras

Em meio à audiência, o ex-presidente também foi questionado pelo juiz da Lava Jato sobre como era pago pelas palestras e outros trabalhos. "Alguma empresa reformou alguma propriedade que utilizava por fora, em reforma, algo assim?". FHC respondeu que "isso é feito através de um agente que faz o contrato e eu usualmente não conheço os donos ou representantes da empresa. Vou conhecer eles na hora. Nunca, jamais, nada disso, nem por fora, nem participar de nenhum momento de reforma. Eu não tenho muita coisa a reformar, só minha cabeça mesmo".

12 JUN 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Deputados presos reassumem mandatos na Câmara Federal



Condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) a cinco anos e três meses de reclusão, em regime semiaberto, por fraude e dispensa de licitação, à época em que era prefeito de Pinhalzinho (SC), o deputado federal João Rodrigues (PSD) reassumiu ontem o mandato na Câmara dos Deputados. Rodrigues estava proibido de exercer função pública por decisão da juíza substituta da 1ª Vara Federal de Chapecó, Priscilla Piva.

O deputado Celso Jacob (MDB) também reassumiu o mandato, na última sexta-feira (8). Condenado a sete anos e dois meses de prisão, em regime semiaberto, por falsificação de documento público e dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei quando era prefeito de Três Rios (RJ), Jacob estava afastado das atividades parlamentares desde maio por decisão do presidente da Câmara, mas voltou ao mandato ao ser autorizado a cumprir pena em regime aberto. ●

12 JUN 2018

# METRO

## Audiência com FHC é palco de briga entre Moro e Zanin

Chamado como testemunha de defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo do sítio de Atibaia (SP), o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, em audiência com o juiz Sérgio Moro, que era equivocada a noção de que um presidente “pode e sabe tudo”. O tucano concordou com a tese da defesa de que não seria razoável colocar automaticamente nas costas do petista a responsabilidade por problemas na Petrobras.

FHC acabou envolvido ontem em uma discussão entre Moro e o advogado Cristiano Zanin, que representa Lula. Depois de Zanin ter feito todos os questionamentos, Moro perguntou a FHC – que falava por videoconferência – se alguma empresa “reformou alguma propriedade que o senhor [FHC] utilizava”, ou se ele recebeu valores de empreiteiras “por fora”. Moro alegou que só perguntava aquilo porque a defesa havia tocado no assunto.

Zanin protestou, afirmando que não havia falado nada sobre o tema. Moro alegou que a questão era pertinente porque “tem um contexto [a acusação de que Lula recebeu favores da Odebrecht]”.

O que Zanin havia perguntado era se FHC teve encontros com Emilio Odebrecht. O tucano confirmou, mas afirmou que os diálogos haviam sido sempre “de interesse público”, e que ouvia mesmo os que tentavam levar vantagens. “O problema não são os malandros. O malandro é malandro de vez em quando, o bobo é bobo sempre.”

### ‘Propaganda’

Outro que falou ontem como testemunha no processo foi o jornalista e escritor Fernando Moraes. Durante a audiência ele foi interrompido por Moro por estar, segundo o magistrado, fazendo “propaganda” para o petista.

Moraes afirmou que Bono Vox, da banda U2, disse em uma ocasião que “depois da morte do Mandela [ex-presidente sul-africano], só existe no mundo uma pessoa capaz de juntar ricos e pobres, pretos e brancos, gordos e magros, e essa pessoa se chama Luiz Inácio Lula da Silva”.

Nesse momento Moro perguntou a Zanin qual era a relevância do episódio. “Não acho que o processo deve ser usado para esse tipo de propaganda”, disse o magistrado. @ METRO BRASÍLIA

**Aumento parcial**

## Projetos são adiados

O presidente da Assembleia Legislativa Ademar Traiano (PSDB) tirou das pautas dessa

semana os cinco projetos de lei que dão aumento de 2,76% para a Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa.

“Foi um pedido da liderança do governo, podemos retornar na próxima semana”, disse Traiano. A APP-Sindicato, que representa os professores, promove uma acampamento na Alep, pressionando para que todos os servidores recebam a reposição da inflação, e não apenas os contemplados nos cinco projetos.